



Nota do MAB

FIM DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO CASO BRUMADINHO É CONSEQUÊNCIA NATURAL DA FALTA DE TRANSPARÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA

Fim dos pagamentos em outubro de 2025 a mais de 164 mil pessoas foi divulgado no dia 19.09 pelo Ministério Público e Defensoria Pública, mas já vinha sendo alertado pelo MAB.

Comunicação desrespeitosa e tardia não deu aos atingidos chance de se planejar financeiramente ante fim da política de mitigação, que agora vão à luta no dia 25.09 em Belo Horizonte/MG

Autoria: Coordenação Regional do MAB na Bacia do Paraopeba
Belo Horizonte/MG, 23.09.2025

O Movimento de Atingidos e Atingidas por Barragens (MAB) expressa sua indignação com a forma que se dá o fim do PTR para as populações atingidas da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias. Depois de quase 7 anos do crime da Vale, a reparação segue longe de terminar e as pessoas atingidas estão perdendo seus direitos.

A economia dos municípios atingidos não está recuperada e a reparação socioambiental não avançou. O fim do Programa de Transferência de Renda (PTR) mostra a insuficiência do Acordo Judicial feito sem participação e com falhas de gestão e fiscalização. O uso do PTR é para acesso a comida, medicações, moradia, acesso ao que é básico para uma vida digna enquanto não existe reparação.

O Auxílio emergencial é um direito das comunidades atingidas previstas na Política Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB - Lei Federal 14.755/2023) e na Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB - Lei Estadual 23.795/2021) até que exista reparação integral. O MAB vem lutando sem parar para garantia desse direito desde o anúncio da redução do recebimento do PTR, seja através da continuidade do PTR ou pelo Novo Auxílio Emergencial na Ação Judicial movida pelas Associações parceiras do MAB em março de 2025.

A forma como as Instituições de Justiça (IJs) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) comunicam a finalização do recebimento do PTR é irresponsável e desrespeitosa, pois era esperado que fosse cumprido o que estava indicado no site do PTR até este mês, que indicava a finalização do recebimento para dezembro de 2025. Além de descumprirem a previsão do edital que determinava uma finalização gradual do programa, o aviso antecipado impede que as famílias possam se preparar para uma redução tão grande das

suas rendas nesse momento. Além disso, falta resposta sobre situação dos cadastros em análise, das pessoas que entraram com recursos, e dos Povos e Comunidades Tradicionais que não foram reconhecidos mesmo estando dentro dos critérios aprovados. Nesse contexto, o cenário é de fome e endividamento das famílias.

Tratar o fim do programa como algo natural e não apresentar solução alguma frente ao que se desdobra em um cenário em que a Reparação Integral está atrasada, falta de participação e sem uma auditoria para monitoramento como os recursos e as atividades foram planejadas e desenvolvidas, é irresponsável. Precisamos ter transparência e uma auditoria sobre quais foram as variáveis dos rendimentos da FGV (o uso dos 12% do rendimento acima da poupança) e a transparência do que será feito com os possíveis recursos restantes. **Exigimos que todo recurso restante seja aplicado nas parcelas das pessoas atingidas!**

As falhas na gestão do programa são gritantes. Poucos meses após uma grande diminuição dos valores, contrariando o que estava previsto no edital e no Termo de Referência, sequer houve a capacidade de traçar um cronograma que previsse uma antecipação de finalizar o programa pelo menos 3 meses antes do fim de 2025. Soma-se a isso os muitos atrasos na análise dos cadastros e das pendências, demora no retorno dos pedidos coletivos e negativas sem fundamento. Lembremos, ainda, que o passivo do Pagamento Emergencial de 2019 não deveria ter sido pago pelos valores do Acordo Judicial de 2021, mas pela própria empresa Vale. Tudo isso trouxe a situação que as pessoas atingidas estão hoje.

A situação enfrentada pela bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias nesse momento demonstra os problemas das Instituições de Justiça na gestão do Acordo Judicial e na reparação integral. O tema das Indenizações Individuais paralisado, falta de transparência no uso dos 700 milhões para as estruturas de apoio (Assessorias Técnicas Independentes - ATIs e Auditorias), uso de dinheiro do Anexo 1.1 (Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas) para pagar ATIs, falta de participação, transparência e demora na implementação dos anexos dos serviços públicos, atraso de 4 anos para início do Anexo I.1 ainda sem resposta sobre a remuneração dos conselheiros e conselheiras, dentre tantas outras contradições. Em setembro, o MAB protocolou pedido de informações junto à Secretaria do Meio Ambiente Estadual cobrando transparência e divulgação dos estudos e perícias ambientais, porque ainda são registradas de forma recorrente muitas mortes de peixes no rio Paraopeba.

Nesse contexto em que está evidente a insuficiência da Reparação Integral, temos ainda, a ameaça de perda das Assessorias Técnicas Independentes, em mais uma ameaça à participação informada e à sua capacidade de fiscalização.

A ação judicial pelo Novo Auxílio Emergencial movida em abril de 2025 pelas associações parceiras está baseada na necessidade de garantir a aplicação da Política Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB). A lei diz que enquanto não houver condições equivalentes a situação prévia do crime é preciso pagar o Auxílio Emergencial. A Vale ainda não reparou a bacia do Paraopeba e o Lago de Três Marias. A ação teve uma vitória na primeira instância com uma decisão liminar favorável e louvável do juiz, Dr. Murilo Silvio Abreu da 2ª

Vara da Fazenda Pública e Autarquias, mas até agora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), sequer decidiu quem vai julgar o recurso da Vale que suspendeu o auxílio emergencial. Precisamos pressionar para que esse recurso seja julgado pelo tribunal e mantenha a decisão conquistada pelo MAB em 1ª instância! QUEM TEM FOME TEM PRESSA!

O MAB seguirá em luta e em defesa dos direitos das pessoas atingidas, fazendo as denúncias necessárias.

Convocamos assim, todas e todos, para reafirmar a nossa luta nas ruas, **no dia 25 de setembro, pelo Auxílio Emergencial, por Respeito ao POVO e pelo direito às ATIs.**

É tempo de Avançar, e não de retirada de direitos. É tempo de avançar e termos dignidade. É tempo de avançar e termos a PNAB e PEAB garantidas.

É TEMPO DE AVANÇAR, AVANÇAREMOS!

**Coordenação Regional do Movimento dos Atingidos por Barragens
na Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias**

23.09.2025

#Brumadinho #DireitosHumanos #Nota